

REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

Rita Vasconcelos
Instituto Federal do Pará – IFPA
rita.vasconcelos@ifpa.edu.br

Luciana Ferreira
Universidade da Amazônia – UNAMA
lucianarofer@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar as reproduções do trabalho docente constituído a partir da sustentação no discurso neoliberal do mundo produtivo e do valor econômico da educação superior no funcionamento da força de trabalho docente nas universidades públicas no país. Foi realizada uma investigação qualitativa e exploratória junto aos documentos institucionais de 04 universidades públicas na Amazônia paraense, do Painel do Orçamento Federal e do Censo Superior no período de 2000 até 2024. Os resultados apontam agravamentos orçamentários e políticos na educação superior quanto a formação do mercado de trabalho formal docente nas universidades estudadas, bem como condições precárias na organização do trabalho docente no ambiente organizacional. Em complemento, apresenta resistências sociais nas universidades públicas federais.

Palavras-Chave: Educação superior. Trabalho docente. Universidade pública.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- 4 - Educação de Qualidade;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

¹ Esse trabalho faz parte da tese de doutorado, encontrando-se em avaliação em um periódico/revista.

1 INTRODUÇÃO

“A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar” (Frigotto, 2017, p.8)

Sobre a educação superior, tenho observado no exercício da carreira docente uma adaptabilidade econômica da competência educacional na expectativa acadêmica – a quem serve o trabalho docente? Para esse resultado chamo de “negociação da educação superior” que, no conhecimento econômico, (re)configurou uma intencionalidade de regramentos institucionais reprodutores como apresentado na plataforma universidade 360^{o2} quanto ao exercício acadêmico nas universidades públicas federais.

Para contrapor é preciso dizer, na totalidade, que seu objetivismo vem destruindo a ação social das Instituições e Ensino Superior (IES) e no campo da organização do trabalho um controle simbólico de violência presente nos espaços educacionais como escola sem partido, discurso antipolítico, produtivismo acadêmico, sucateamento fiscal e orçamentário marcam um movimento histórico de luta da educação pública livre e de melhores condições de trabalho. Em desgaste, a trajetória das exigências avaliativas da educação por metas e indicadores de qualidade transformaram-se num dilema na vida laboral do docente, como fornecedor de sua força de trabalho e esforço danoso, flexível e produtivista e debilitando seu direito humano (Kuenzer, 2003; Marx, 2013; Frigotto, 2017; Avritzer, 2020, Chauí, 2022).

Essa objetividade da educação tem consequências nos modelos internacionais do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na valorização do conhecimento econômico baseado nos quatro pilares-indicadores do BM (regime econômico e institucional, educação, infraestrutura e inovação). Seus indicadores e metas de resultados apresentados aos países marcam a agenda do capital contemporâneo configurando o conhecimento e a educação em significativa ação política, econômica e social de acesso e intensidade na condição de trabalho das IES nas últimas décadas. (Silva Júnior & Sguissardi, 2008; Frigotto, 2017; Antunes, 2020).

Configurada o objeto norteador do trabalho, respaldamos o peso dado à educação superior e as configurações presentes nas políticas educacionais que, no contexto da reestruturação produtiva, tem valor analítico acerca da proposta ideológica neoliberal de estratégias de expansão por parte dos organismos internacionais.

O estudo compreende seu correlato com o modo de produção, dialeticamente nos estudos de Marx (2013) sobre as relações de trabalho negada, e por autores da Sociologia do Trabalho como Antunes & Pinto (2018, p.11) que expuseram a apropriação do trabalho no ambiente organizacional da educação no livro *A fábrica da educação o efeito da realidade presente* “assim que se deve compreender a noção de modo de produção em Marx, profundamente inter-relacional, dialética, caracterizada pelas determinações recíprocas”.

A cerca do cenário, analisado a educação, seu ordenamento para os anos iniciais do século XXI tem mediações sobre os efeitos sociais do valor econômico da educação como indicador de qualificação do trabalhador e suas derivações (habilidoso, produtivo, flexível, multitarefa, proativa e outros) como solução dirigida à materialidade do capitalismo contemporâneo.

Sobre o valor trabalho as frustrações sociais observado na forma de organização das universidades federais no atendimento de oferta de matrículas e no modo de labor dos docentes, como tendência ocorrida nas fábricas japoneses pelo modelo de sistema toyotismo e forças motrizes na base técnica – expansão acadêmica, indicadores de qualidade, produtivismo acadêmico, condições salariais, carga horária e controle de jornada de trabalho.

² Plataforma Universidade 360° é uma ferramenta de Gestão Analítica, lançada em 2020 pelo Ministério da Educação com diversas informações de resultados acadêmicos, de indicadores de gestão, os dados orçamentários dentre outros das universidades federais.

Sendo então, os anos de 2000 a expansão da educação superior no país foi coparticipe do capitalismo contemporâneo, moldou seu aparato organizacional, por aceitação em seu cotidiano no modo de organização do trabalho, na liberalização de IES em parceria com o setor privado, nos cortes orçamentários, e sua abstração do trabalho oportunizado nos conceitos sociológicos como complemento ao entendimento do valor trabalho em Marx.

Esse processo de abstração ganha adaptabilidade nas universidades públicas, em destaque, pela emergente formulação e implementação dos atos de governo nas últimas décadas no país. Para tanto, a investigação nos leva a questionar: que atenção e interesse a educação superior compõem sustentação das (re)produções sociais do trabalho docente?

Nosso estruturado ensino superior marca uma trajetória social em crise de manifestações histórico-políticas, e no bojo, a convocação de trabalhadores da educação com novas determinações. Contudo, a perspectiva decorre de resultados de ocupações, funções administrativas, condições de regime de trabalho, recrutamento e mediações sociais fetichizadas, individualizadas e mecanizadas, expressando a organização do trabalho prático por instrução de regra enquanto prestador de serviço alienado, e atuação dos recursos orçamentários destinado a educação no país caminha em “valsa de desempenho”³, dependente, desigual e periférico, voltado a um projeto político de interesse econômico.

A partir do acompanhamento, não de forma simplista, mas na constatação de um regime econômico e institucional ao orçamento gerencialista de crescimento da educação, seguiu controle de poder dos organismos internacionais ao sistema de conceito de qualidade, expansão e eficiência junto ao ambiente organizacional das IES, mas que no cotidiano enfrentam pauta de reivindicações presente nas greves e nos movimentos sindicais.

Sendo assim, descrevendo os conceitos da Sociologia do Trabalho e a formação sócio-histórica da educação superior no país o artigo tem como objetivo apresentar as reproduções do trabalho docente constituído a partir da sustentação no discurso neoliberal do mundo produtivo e do valor econômico da educação superior no funcionamento da força de trabalho docente nas universidades públicas no país.

Para tanto a observação parte da objetividade da educação superior, seu percurso ideológico neoliberal de execução legal, política e econômica no contexto da Economia do Conhecimento (EC). Mas do outro lado seu retorno com base nas mazelas sociais da gestão do sistema toyotista seguiu impacto na (re)organização nas condições de negociações apresentadas nas IES.

O trabalho parte inicialmente das bases conceituais neoliberais e orientações adotadas pelos organismos internacionais sobre a fronteira do conhecimento econômico e as mazelas sociais caracterizadas na educação superior nos anos de 2000 até 2024 e por amostragem o cenário de ocorrência no trabalho docente como investigação nas universidades públicas federais no estado paraense.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 *O discurso da re(configuração) organizacional e as mazelas do mundo do trabalho*

Aqui como contexto histórico de crescimento econômico o conhecimento e o trabalho especializado, e a nova face da educação a aceite quanto às demandas e a reorganização política

² Valsa é uma expressão utilizada por Laura Carvalho (2018) no seu livro intitulado “Valsa Brasileiro: do boom ao caos”. Utilizando a perspectiva conceitual da autora na análise sobre o desempenho orçamentário, observamos o que ela chama de movimentos periódicos presente, tais como: altos e baixos, inclusão e exclusão, passo à frente passo à traz.

da educação superior no governo nas últimas décadas, tem sua vinculação na reestruturação produtiva justificam investimentos no campo da educação superior, em seu regime técnico-organizacional, promovem implicações na condição do trabalho voltado à flexibilidade, contratação e condições salariais.

Esse exercício do conhecimento pelos países, com “o aumento nos níveis de capital humano das populações e forças de trabalho nos países da OCDE, medido pelo nível educacional e implícito por um aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados” (OCDE, 1996, p.102). Acompanhando o Banco Mundial (BM) fez valoração econômica da educação conceituou a EC com os pilares-chaves do Banco Mundial da EC e o arcabouço sobre aprendizagem da OCDE e a formação científica da tecnologia e inovação (Chen & Dahlman, 2006; Castells, 2002; Lundvall & Ben 1994; Chesnais, 1996; Harvey, 2004, 2008).

Prevalecendo em tais interesses a educação tem papel de ocupação produtivista do conhecimento econômico com valores expressos em torno das políticas educacionais mercantis nos arranjos institucionais. Essa centralidade toma forma de disruptiva na tomada de gestão, tratado como pauta crítica da caracterização de mercado, como mostrou Diniz, Oliveira & Lima (2021, p.3) “provoca a ruptura com padrões e modelos existentes até então no mercado de educação superior, a entrada de capital estrangeiro no setor, a abertura das ações das empresas educacionais”.

Essa passagem dos investimentos do desenvolvimento técnico-científico na crise do sistema taylorismo/fordismo na base do conhecimento avançou de forma organizacional, consolidando alterações no mundo produtivo, padronizando a intensidade do trabalho humano e a sua conformação social, disposta na estrutura da organização do trabalho. Esse viés técnico explicou Pinto (2010, p.26) “ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresário (classe proletária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada)”.

Sobre a materialidade e imaterialidade as representações expõe elementos críticos histórico-sociais e as amarraduras da dominação nas estruturas do modo de produção capitalista, ou seja, o sujeito social e a classe do proletariado, a fim de compreender a dinâmica antagônica do trabalho e capital. Como resultado, considero, o antagonismo seu processo de intervenção na vida social, que vincula a consciência realística teórica marxista do valor trabalho, posto que, frente à concentração de mais-valia, há uma concentração de mais-trabalho, o que reverbera na intensidade social do trabalho, que necessariamente agrega valor ao capital (Marx, 2013, p.46).

Aqui dito substratos determinísticos as inovações e a ascensão das novas tecnologias, destacamos os estudos sociológicos de Antunes (2006, 2018, 2020), o qual, nos estudos do modelo toyotista, tem peso sobre o arcabouço organizacional da subjetividade do modelo do sistema de produção iniciado na empresa japonesa Toyota, que, seguindo os “princípios de gestão da produção e do trabalho vivo, disseminaram-se pelas mais diversas técnicas de administração flexível do capital” (Alves, 2008, p.98). Em profundidade, destacamos ao processo de reestruturação produtiva ocorrido, a autonomia do sistema de produção toyotista no modelo jidoka que significa um dispositivo de controle junto ao processo de produção, programado para detectar riscos, perdas e com um comando de desligamento automático (Ohno, 1997).

Subordinado pelas transformações do novo padrão de modo do trabalho, o trabalhador foi reconfigurado a sabedor de conhecimento e competência. Essa condição técnica, gerou um movimento mundial de reforma da educação voltada a mão de obra intelectual e qualificada, e no intercâmbio transfronteiriço dos serviços educacionais, definindo tendências da representação do modelo de mercado mundial (Laval & Weber, 2001). E como efeitos, os estudos sobre as condições funcionais e de saúde dos trabalhadores denunciando as mazelas

sobre a subjetividade do trabalho e de como se representam no cenário produtivo (Bernardo, 2009).

Hoje em esfera global a organização do trabalho e as regulações trabalhistas proliferam a circulação do caráter capitalista automatizado com as novas tecnologias. Enfatizado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável(ODS) 8, sua ação tem o discurso na capacidade de inovação, organização e controle da força de trabalho inclusivo geograficamente e expressa o trabalho vivo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto entidade internacional competente buscando o justo direito e proteção social ao trabalho. Desse modo, destaca a agenda do conceito de trabalho decente

Trabalho decente sintetiza as aspirações das pessoas durante sua vida profissional. Significa a oportunidade de acesso a um emprego produtivo que gere um rendimento justo, segurança no local de trabalho e proteção social para todos, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para os indivíduos expressarem as suas opiniões, organizarem-se e participarem nas decisões que afetam as suas vidas, e igualdade de oportunidades e tratamento para todos, mulheres e homens. (OIT, 2023) grifo nosso

A entidade apresenta como realidade o fato de ser “integração social” a garantia do exercício da força de trabalho. Quando percorremos as regiões e os países a oferta de força de trabalho mundial são pautados em relatórios, estudos e cenários geopolíticos pela OIT na condição de causa mundial de mazelas do trabalho, compreendendo as dimensões: oferta da força de trabalho, condições de trabalho e pobreza e desigualdade do trabalho (OIT, 2023).

São pontos de direito social e inflexão da totalidade das novas configurações e das manifestações de mazelas, que precisa ser estudado e manifestado em ações do governo, posto que as políticas de trabalho junto aos países ocasionam ações voltadas a: a) poder de barganha, b) incapacidade e, c) formas de trabalho. Sobre esses três pontos de fragilidades enquanto cenários mundiais perante os resultados apresentados pela entidade, observe-se a Figura 1.

Figura 1 – Novas configurações do trabalho e suas manifestações de mazelas



Fonte: Adaptado do texto da OIT (2023)

Temos detalhado um mercado de trabalho mundial em crise, conforme dispostos nas mazelas com os resultados de emprego e desemprego, a informalidade e as condições de trabalho como um desafio socialmente mundial, no tocante à desproteção dos trabalhadores impactam em proporcionalidade sob países de regiões centrais e periféricas, os quais devem promover ações e garantias sociais institucionais e organizacionais.

Relativo a esse ambiente, as políticas públicas de trabalho e renda evidenciam pauta de enfrentamento de desigualdades. Em tempos do capitalismo contemporâneo as políticas educacionais tornam-se papel fundamental com proposta de ações estruturantes, num cenário enviesado que “redesenha cada vez mais, a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando a sua produtividade” (Antunes, 2012, p.59). Esse tornar-se mais produtivo, estratifica o conhecimento em escala mundial e excluindo direitos sociais a educação atinge o mundo do trabalho.

2.2 O (des)caminho da educação superior e sua classe trabalhadora docente em formação

Para essa análise os anos de 2000, percorremos a demonstração da gerencia da educação superior compondo e perseguido por caminhos neoliberais no país. Os aspectos econômicos e sociais no tocante ao objeto educação, torna difícil seguir o previsto na Constituição Federal (CF/1988), o seu art. 1º, como princípios fundamentais, em seu art. 6º, como direito social, e no art. 205, como princípio básico à educação, agregado aos regulamentos dispostos na Lei nº 9.394/1996 (LDB) e, em específico, as metas da educação superior no Plano Nacional de Educação (PNE) previstas nas ações voltadas para as políticas de expansão do número de vagas, número de matrículas e aumento de instituições de ensino não universitária.

Isto tem significado, pois as estruturas das instituições de educação modificaram seu funcionamento às manobras da crise fiscal do Estado e por programas de governo. Polêmicos, seus efeitos devem ser combatidos a cada gestão de governo como direito humano, pois “a educação é um direito, precisamos tomá-la no sentido profundo que possuía em sua origem, isto é, como formação integral da pessoa humana e como formação para e da cidadania” (Chauí, 2022, p.15).

O debate contempla de forma sustentável a garantia de uma educação pública, gratuita e de acesso inclusivo como disposto no ODS 4 “educação de qualidade”. Em discussão Antunes & Pinto (2018) chamam essa estrutura de ‘fabricação’ da educação e da pesquisa comprometendo exclusivamente a aprendizagem sob o controle de ideias econômicas e no desempenho empresarial, ou seja, o custo social da “educação requisitada atualmente pelo capital deve ser ‘ágil’, ‘flexível’ e ‘enxuta’, como são as empresas geridas pelo sistema toyotista” (Antunes & Pinto, 2018, p. 84). E como tendência a precariedade social à educação empresarial, presente em nosso Sistema Federal de Educação, por parte das políticas de governo ao mérito da universidade corporativa o que corresponde:

Se as universidades, com especial destaque às públicas, produzem pesquisa e avançam na discussão das possibilidades e da necessidade premente de uma sociedade baseada em outro modo de produção e de vida, as corporações privadas desenharam, por sua vez, sua própria universidade para forjar trabalhadores/as dentro dos seus valores empresariais (Antunes & Pinto, 2018, p. 84).

No campo do trabalho as reformas trabalhista e previdenciária ocorridas em 2017 e 2019 respectivamente, apontavam o sumário histórico contemporânea das mazelas do trabalhador brasileiro e suas frustrações. Leda, Mancebo e Braga (2022) apresentaram estudos no campo trabalhista da educação superior relatos tanto no setor público quanto do setor privado no período pós pandêmico um quadro impactante sobre a intensificação da terceirização, o custo financeiro do *home office*, agravamento da saúde e intervenções econômicas na organização do trabalho. Temos no conjunto alguns elementos conceituais de análise, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Caracterização conceitual como critério analítico do modo de trabalho da educação superior

Autores	Conceitos
Marx (2013)	Subjetividade do trabalho e a apropriação da capacidade de valor de uso no processo de reprodução do capital.
Banco Mundial (1998, 2006) OCDE (1998, 2002)	Conhecimento como constituição da subjetividade do trabalho. Economia do Conhecimento é o valor do conhecimento econômico como recurso estratégico ao paradigma das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e da aprendizagem.
Alves (2007), Pinto (2013), Antunes (2020)	Toyotismo modelo organizacional com efeitos sobre o trabalho vivo (<u>flexibilização</u> , <u>terceirização</u> , <u>forma de contratação</u> , etc). Organização do Trabalho variações do sistema Toyotismo captura da subjetividade, consensual, a relação <u>intraorganizacional</u> valorativo de caráter hegemônico social
Alves (2007), Pinto (2013) <u>Avritzer</u> (2020)	Inovação organizacional elementos de controle da subjetividade do trabalho nos protocolos organizacionais de manipulação comportamental, qualificação,

Fonte: Elaborado a partir dos textos da pesquisa (2025)

Partindo do roteiro conceitual, o trabalho vai compreender o regime institucional e administrativo ocorrido na educação sob a égide do conhecimento econômico as mudanças no modelo organizacional na expansão da educação superior e por apoio crítico, a formação do complexo do trabalho nas IES e suas dimensões sociais na configuração morfológica do mundo do trabalho.

Alguns traços da (re)produção expansão da educação superior mostram como o aumento da IES no país nas últimas 02 décadas são significantes do ponto de vista adaptativo à agenda neoliberal do conhecimento. Na ideia de trazer metas de industrialização nacional e atingir setores de alta tecnologia e estrutura empresarial de ponta, o governo brasileiro vislumbrou um regime econômico e institucional mobilizado ao ciclo político, com isso a fronteira do conhecimento econômico, a expansão da educação e a formação do trabalhador qualificado formaram arranjos desiguais ao longo do Plano Plurianual (PPA) do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) até o início do PPA do atual governo do presidente Lula.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico foi qualitativo e exploratório, seguindo o método teórico social do materialismo dialético em Marx (2013) e autores da Sociologia do Trabalho a fim de compreender a dinâmica antagônica do trabalho e capital (Netto, 2011). A fase da revisão de literatura foi consulta de dados na base da *Web of Science* sobre EC no período de 2000 até 2020 na construção dos elementos conceituais, sendo utilizado a análise bibliométrica com o *software VOSviewer* sendo identificado o *cluster* temático na área da educação. Isso permitiu a categorização do quadro analítico apresentado no texto, bem como a consulta dos manuais do BM e da OCDE, base de dados do Inep, Painel do Orçamento Federal, e o PPA, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a agregação conceitual dos resultados e discussão da pesquisa.

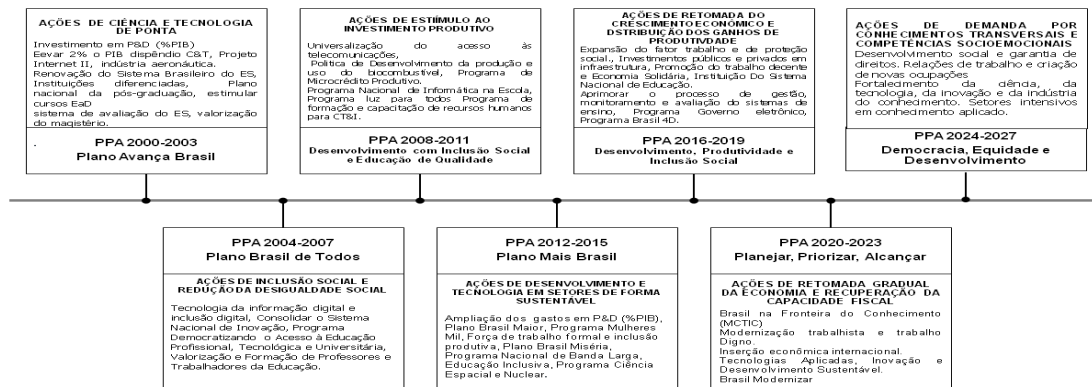
Foi definido por amostragem no roteiro em quatro universidades públicas federais no estado do Pará, na região norte, estado com uma extensão territorial em evidência, mas em desigualdade territorial na expansão da educação superior no país, como o menor quantitativo de universidades em relação as demais regiões, o que nos revela resistência histórica da educação na região de se fazer ciência na Amazônia.

Na etapa de interpretações dos resultados, com base nas políticas públicas do ensino superior, definida por Flick (2009) seguiu a ordem de triangulação entre a teoria, o objeto e a ação metodológica: a) consulta e análise sobre o arranjo do regime econômico e institucional voltado a educação superior junto ao PPA do governo federal nos anos de 2000 até o 2023, o que representa reformas educacionais invadindo direitos sociais e sua negação na formação do mercado de trabalho docente apresentados nos resultados da Sinopse do Censo Superior, bem como o caracterização do trabalho formal por contratação temporária extraído dos dados do Caged, b) consulta junto ao site do Painel do Orçamentário Federal, sobre o desmonte nas universidades federais com despesas empenhada e paga sub função educação superior no período de 2000 até 2024, c) análise sobre a condições de trabalho docente junto ao uso de um sistema integrado utilizado como registro e controle do trabalho docente, e a formas de contratação e recrutamento nos editais institucionais do quadro efetivo e temporário junto as universidades públicas federais no estado do Pará no período de 2016 a 2024.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA CONDIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Quanto ao regime político e econômico do governo federal no país para a educação superior, foram analisados seis Plano Plurianual do governo federal como gestão de governo no país nos anos de 2000 até 2023, conforme Figura 2:

Figura 2 – Trajetória temporal do Plano Plurianual (PPA) do governo federal nos 2000 até 2024



Fonte: Elaborado a partir dos textos (2025)

O PPA 2000-2003 chamado de “Avançar Brasil”, oriundo do governo do ex-presidente FHC. O resultado evidencia a ideologia do contexto neoliberal, as políticas de mercado de ajuste fiscal, e na modernização e privatização dos serviços públicos, em parceria o Estado e setor empresarial de alta tecnologia dado a fronteira do conhecimento econômico, com investimentos em P&D, políticas de expansão e acesso ao ensino mercantil e na educação superior voltado à formação do trabalhador e ao mercado de trabalho no circuito global e na excelência do conhecimento e da inovação.

Em discussão a PPA 2004-2007, PPA 2008-2011, PPA 2012-2015 chamo atenção ao governo Lula e Dilma Roussef trouxeram o foco na responsabilidade social e na expansão de programas sociais. O conhecimento inclusivo observado nos programas de acesso à educação, fomento ao microcrédito, plano de carreira, o Plano Nacional da Educação (PNE), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni), o Sistema de Seleção Unificado (SISU), o Programa Universidade pra todos (ProUni), ou seja, um conhecimento econômico representativo e politicamente social, relacionada as reformas no ensino e com investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

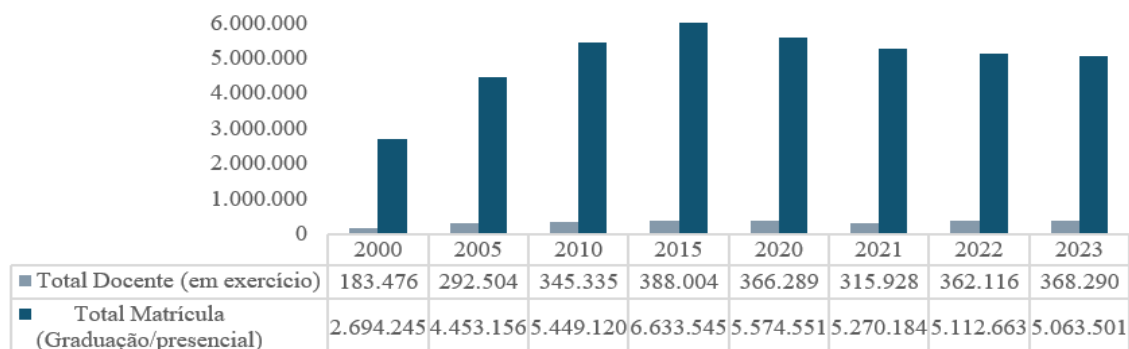
Já o acesso ao conhecimento no PPA 2016-2019 e 2020-2023 do governo do ex-presidente Temer e do ex-presidente Bolsonaro respectivamente enviesaram um desmonte social da educação e do trabalho. Seguindo os elementos neoliberais de regras fiscais do Estado e com ações estruturantes voltados a subordinação da acumulação do capital contemporâneo e na geração de emprego de alta tecnologia, o controle e a adesão da educação, do trabalho e da renda atendeu aos propósitos de mercado, e como parte das desregulamentações o discurso de inovação, tecnologia na geração de emprego foi elitista e celetista.

Coube no pós *impeachment* da ex-presidente Dilma o cenário caótico do legado orçamentário no governo federal, acompanhado na aprovação da reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017 e a reboque a reforma da previdência EC nº103/2019, reverbero impactos na execução das ações educacionais, bem como efeitos na carreira docente com as mudanças nas regras da aposentadoria. Ademais às reproduções, a perda da capacidade na autonomia de gestão ocorrida com a intervenção do governo do ex-presidente Bolsonaro em alguns resultados de eleição de reitores nas universidades federais, e as ameaças e ofensas ao exercício docente como na expressão utilizada pelo filho do ex-presidente de “professor doutrinador” durante um

evento ocorrido em Brasília em 2023⁴, categorizados num neoconservadorismo por Chaves & Araújo (2022).

Quanto a condição da formação do mercado de trabalho docente na educação superior, os resultados apontam sua gênese nos 2000 de sua expansão mercantil/neoliberal no país. Considerando os dados extraídos da sinopse do Censo da Educação Superior (CENSUP, 2024), apresentam uma intensidade na movimentação da expansão da educação superior e a formação do mercado de trabalho docente nas IES⁵, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Formação do mercado de trabalho formal da educação nas IES por total de docente em relação ao total de matrícula e total de instituições de educação superior no Brasil (2000-2023)



Fonte: Dados extraídos da Sinopse do Censo Superior (Inep, 2025)

Os resultados demonstram a retórica do alcance da expansão de matrícula e da modernização da educação superior como estabelecida em metas no PPA pelo governo brasileiro no período observado. Na totalidade, um ambiente organizacional desproporcional sobrecarregando as condições de trabalho e na forma de contratação do docente. Onde está a qualidade nos serviços prestados? Aqui acrescento mais, o período de crise a partir de 2015 no número de matrícula afetado com a incorporação de *holding* no setor educacional absorvendo um cenário mercantil, privativo e oligopolista bem como o movimento de queda nas matrículas presenciais pelo oferta de vagas EaD, acentuado no período pandêmico, vem agravando as condições de trabalho da educação superior (Antunes & Pinto, 2018; Alves, 2018, Leda, Mancebo, Braga, 2022).

Nos últimos anos, esse movimento mercantil tem se intensificado, não apenas como um desafio da dinâmica financeira e orçamentária, que passaram a assumir o ensino superior, mas na metamorfose sociológica do trabalho docente, que assume na forma de contratação pelo setor público e privado dos docentes. Essa análise está na formação do mercado formal de contratos temporários, conforme demonstra o Gráfico 2, a seguir:

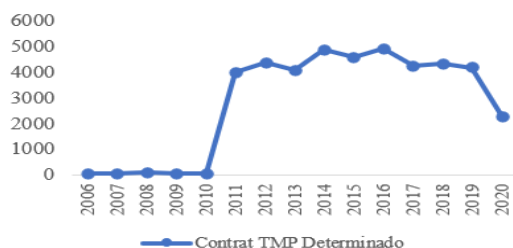
Gráfico 2 - Quantidade total de trabalhadores ocupados formalmente no setor público e privado, por contrato temporário da área da Educação Superior e Pós-graduação – Brasil nos anos de 2006 a 2020⁶

³Consultar as diversas matérias publicadas disponíveis sobre “professor doutrinador”.

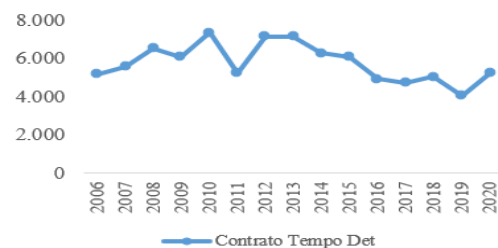
⁵ Os dados do gráfico sugerem a gênese do mercado de trabalho formal do docente, agregando as interpretações na literatura sociológica do trabalho às variações do trabalho da educação superior ocorrida e seus efeitos sociais no emprego.

⁶ Sobre o período extraído da base de dados do CAGED ser levantado até o ano de 2020 foi em decorrência da da [Portaria n.º 1.127](#), de 14/10/2019, que altera e lança novos procedimentos na metodologia de declaração das empresas, o que causou a interrupção dos dados a partir de 2020.

a) Mercado formal setor público, por contrato temporário



b) Mercado formal setor privado contrato por tempo determinado



Fonte: Dados extraídos Caged/Ministério do Trabalho e Emprego (2023)

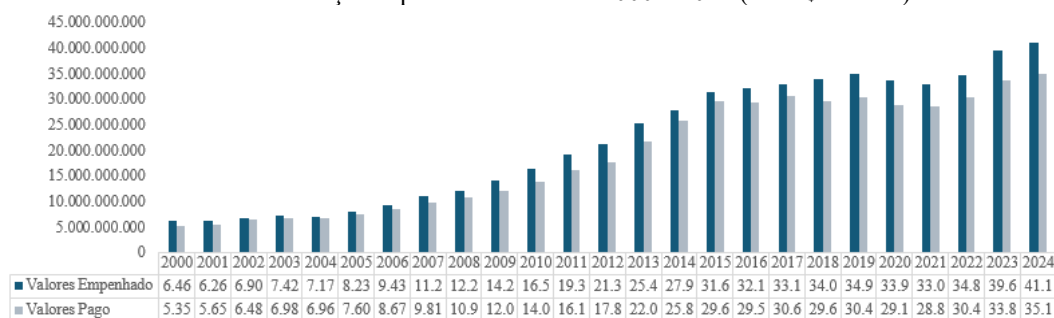
O gráfico 2 considera o movimento de ocupação formal dos trabalhadores da educação com vínculos de contrato temporário pelas IES públicas e privadas no período de 2010 a 2021. Os resultados demonstram a latente condição de gestão do trabalho via contratação, e a evidência da relação periférica contratual. Ou seja, a configuração de contratação temporária temos a precarização presente no trabalho docente, quer seja do setor público ou do setor privado, o que corresponde, seu desvalor dos serviços docentes com carteira assinada, instabilidade do emprego, perda de direitos trabalhista e sociais, pois há uma tendência por vínculos temporários, elevando o quadro de pessoal docente, a uma relação de terceirização, e tempo de rotatividade de permanência no mercado.

Com isso, o contingenciamento do orçamento nas universidades se agrega à corrida aos concursos públicos do quadro efetivo e temporário e, outros méritos ligados à contratação, e sua permanência no mercado de trabalho, via qualificação, polivalência, titulação e produções e publicações científicas. E como isso, seu modo de ser, informaliza novos valores e sentidos do trabalho docente.

Sobre a organização do trabalho pode-se dizer que a formação do mercado de trabalho “não mais como simples equivalente ou simples objetivação do trabalho, mas como o valor de troca objetivado e autonomizado que só se entrega ao trabalho, só devem seu material, para renovar-se a si mesmo e para começar a circulação a partir de si mesmo” (Marx, 2013, p.324).

Complementa o cenário de mazelas as proposições emblemáticas na execução dos gastos do governo com educação, ação de seu regime institucional e político, por tipo de subfunção a educação superior, detalhado na série histórica orçamentária no país nos anos de 2000 a 2024, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Série Histórica de Execução Orçamentária do Ministério da Educação detalhamento por subfunção educação superior nos anos de 2000 a 2024 (em R\$ bilhões)*



Fonte: Dados extraídos do Painel do Orçamento Federal/SIOP (2025)

*Valores não deflacionados

A caracterização histórica da execução orçamentária do Ministério da Educação na subfunção educação superior no país nos anos de 2000 a 2024 seguiu em regra um desmonte nos valores empenhado e pago em ‘valva orçamentária’ ao modelo político de soluções fiscais. Segundo dados do Observatório do Conhecimento (2023) esse cenário reflete a destinação dos recursos empenhado a educação superior, deve-se as despesas discricionárias, e no agravamento das universidades.

Tanto quanto frustrante, destaco o período de decréscimo a partir dos anos de 2015 no governo Temer e Bolsonaro seletiva e excludente impactam na autonomia de gastos, na execução dos seus recursos com custeio, execução de investimentos de infraestrutura materiais de laboratórios atrasos no pagamento de contratos de terceirizados e outros, o que frustram expectativas no planejamento anual do funcionamento das IES. Em sua Carta Protesto o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) denunciara o que estava por vir:

o presidente (Jair Bolsonaro) e o Ministro da Educação Abraham Weintraub, anunciaram no início do mês de maio, o contingenciamento (cortes) nos orçamentos das universidades, institutos federais e escolas de aplicação. Com apelo moral, concentraram seus ataques às ciências humanas e sociais, na filosofia e sociologia, “justificando que essas áreas não dão retorno imediato e melhorias para a sociedade. (Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil, ANDES, 2019)

Quanto ao processo de trabalho temos a reprodução do valor de troca e da sua jornada de trabalho docente, presente no chamado Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), um dispositivo de autonomia de controle de gestão adquirida por diversas IES, dentre elas as 04 universidades públicas federais investigadas na pesquisa, conforme a Figura 3:

Figura 3 - Layout do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

PORTAL DO DOCENTE > CADASTRAR PIT

Aj

Visualizar PIT Cadastrar PIT Alterar/Retificar PIT

Ano/Período	Situação	Prazo
2025/1		Fora do período

PIT 2025/1:
- CADASTRAMENTO de 18/03/2025 até 24/04/2025
- HOMOLOGAÇÃO de 18/03/2025 até 30/04/2025

RAD 2025/1:
- CADASTRAMENTO de 06/08/2025 até 30/09/2025
- HOMOLOGAÇÃO de 06/08/2025 até 30/09/2025

OBS 1: Durante as fases de "Cadastramento" o docente pode alterar o PIT (ou RAD) livremente.
OBS 2: Durante as fases de "Homologação" o docente só poderá retificar o seu PIT (ou RAD) se este for recusado pela coordenação ou direção de ensino.
OBS 3: O PIT não poderá mais ser editado após este ser homologado pela coordenação de ensino ou caso seu RAD tenha sido cadastrado!

Fonte: Portal de acesso docente e cadastro do PIT (2025)

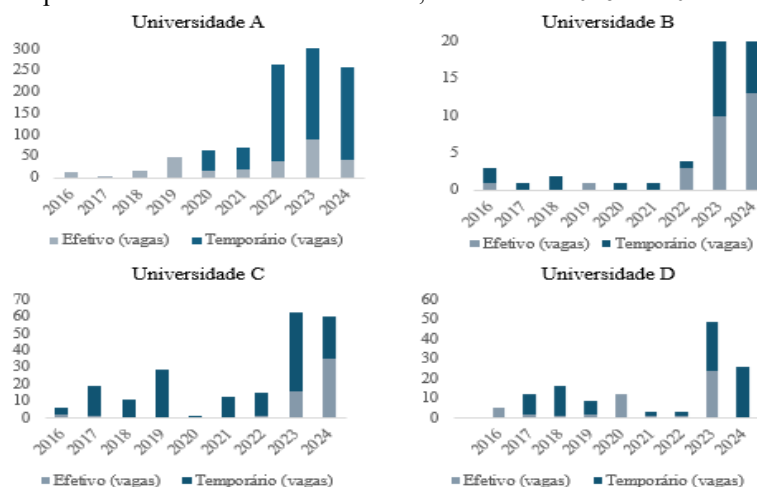
Como forma de otimização o seu valor de trabalho está no dispositivo na mensuração da rentabilidade de suas horas o docente registra seu tempo de trabalho no sistema através do Plano Individual de Trabalho (PIT) e ao final comprova o ato do trabalho vivo no Relatório de Atividades Docente (RAD) compatível ao regime de trabalho contratado pelo docente e nas diversas resoluções institucionais estabelecidas sobre carga horária docente nas IES. Essa inserção de dados obedece a um fluxo de comando segundo tempo de liberação ao docente para declarar sua produtividade, passando pela etapa de conferência e validação pela chefia superior e homologação final de suas tarefas acadêmicas.

Ao executar seu registro de tarefas o docente fica condicionado a um limite de informações de seu trabalho permitido até o cumprimento do seu regime de trabalho, ocorrendo um sistema de controle (jidoka), termo utilizado no modelo Toyota, encerrando o sistema de informação do docente ocorrendo um “defeito” ou “anormalidade” no processo de trabalho e na homologação do PIT, ou seja o trabalho a mais executado não poderá ser declarado, e fica “invisível”.

Dito isso, aqui observamos no SIGAA a lógica da expropriação da subjetividade do trabalho na “ ‘manipulação’ do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos princípios de ‘autonomia’ e de ‘auto-ativação’ ” (Alves (2008, p. 4).

Outra reprodução de intensidade do trabalho está no movimento dos editais relativos à contratação de docentes efetivos e temporários junto às universidades pesquisadas, nos anos de 2016 a 2024, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Movimento de editais de contratação de docente, quadro efetivo e temporário nas universidades públicas federais no estado do Pará, nos anos de 2016 até 2024



Fonte: Elaboração dos autores (2025)

A análise apresenta a totalidade do trabalho docente na universidade, sendo observada 04 universidades públicas federais da região norte do país. Pontuado à questão restritiva orçamentária pós 2016 já discutido no gráfico 2, há de se atentar para as consequências junto a movimentação dos editais com um perfil quantitativo de vagas por contrato temporário, em relação ao quadro efetivo de docentes. Com destaque para a universidade C, que por ter iniciado as suas atividades como universidade em 2009, está em fase de construção de seu quadro efetivo. Os efeitos orçamentários com a política de ajuste fiscal, o reverberou no desmonte de recursos limitando a execução de concursos públicos, o que precariza e sobrecarrega o docente efetivo, e implementa seu processo de terceirização, via editais do quadro temporário, e flexibilização da tarefa docente.

Outro ponto complementar é a ausência da informação do quantitativo de vagas no edital. Na luta de executar tantas etapas da seleção do edital, ao candidato ainda causa aflição a confirmação da chamada de ocupação e a localidade da vaga, mobilizado por restrições orçamentárias.

Observe-se, ainda, como ponto de intensidade do trabalho a forma de remuneração salarial, descrita em lei, mas oculta, sendo às vezes incompatível com a titulação do candidato. Nos editais de vagas temporárias, é exigida pontuação máxima por titulação. Porém, na fase da contratação, o docente percebe que não receberá a vantagem salarial de sua titulação, mas sim a titulação da vaga estabelecido no edital, como no trecho retirado do edital pesquisado “a Retribuição por Titulação a Professores Substitutos ficará vinculada unicamente ao título exigido em edital de processo seletivo, não cabendo majoração de valor por apresentar titulação fora da exigência”(texto extraído de edital, 2025).

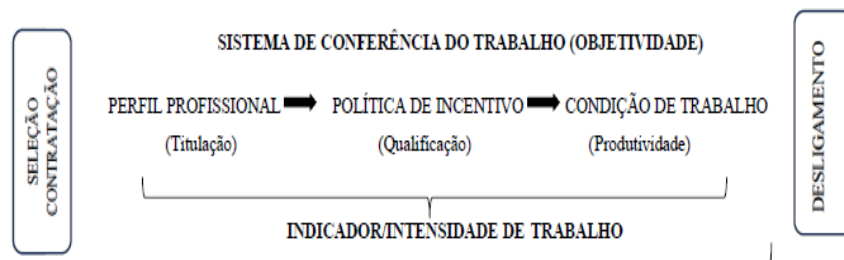
Desse modo, parece que as comissões de editais, controladas por legislações, configuram a práxis orçamentária na produção dos editais e das vagas no mercado de trabalho nas universidades. Aqui esboçamos uma recompensa e/ou consolo o ato do governo do presidente Lula que, em abril de 2023, efetivou a recomposição orçamentária na ordem de 2,2 bilhões às IFES trouxe, no mínimo, a sensação de tempos melhores.

Isso se associa à nova morfologia do mundo do trabalho nas IFES, dita e legitimada, às leis e regras políticas, econômicas e de mercado, merecendo observação, pois trata a ciência como força produtiva, causando risco de trabalho abstrato (Sotelo Valencia, 2009).

Por fim, julgamos a existência de intensidade do trabalho na atribuição do docente nas IES. Pautada nos resultados estudados quanto aos aspectos legais, orçamentários na formação da educação superior no país. Quer seja nos documentos institucionais como os editais de processo de seleção de docente e nos dispositivos organizacionais nas universidades estudadas

estabelecemos a proposição do fluxo da organização do trabalho docente, e da forma de organização de entrada e saída, observe-se a Figura 4:

Figura 4- Forma de organização do trabalho docente



Fonte: Elaboração dos autores (2023)

A Figura 4 representa a forma de organização do trabalho docente, escalonado pelo rigor político, econômico e social das políticas educacionais, e reestruturada às novas ideologias do trabalho, em um sistema composto de conferência do trabalho (objetividade) e da intensidade do fluxo (subjetividade).

O sistema de conferência compreende a gestão do trabalho relativo à padronização de protocolos organizacionais definidos: a) políticas de formação profissional, b) políticas de incentivo e, c) políticas de trabalho. Por meio de métodos e práticas organizacionais, configura o seu caráter subjetivo e a intensidade do trabalho (Alves, 2007).

Conforme Amorim (2013, p. 104), são características de exploração do trabalho o “operário polivalente, pela subcontratação, pelos cortes salariais, e, por outro, pela flexibilização de direitos trabalhista e pelo enfraquecimento dos partidos e sindicatos ligadas às classes trabalhadoras”. Abaixo, tem-se a estratificação imaterial do trabalho na forma de titulação, qualificação e produtividade, administradas e ampliadas nas políticas de remuneração, jornada de trabalho e contratação.

Como consideração temos a existente e resistente das representações sindicais que historicamente vem travando pautas de reivindicações do trabalhador da educação no país, junto ao governo com estudos e relatos sobre as condições de trabalho, plano de carreiras, reajustes salariais, mais verbas para a educação e outras reproduções do trabalho como na última greve ocorrida em 2024.

4. CONCLUSÃO

Aqui o estudo tratou de forma dialética a organização da educação superior e a (re)produção das condições de trabalho nas universidades públicas ocorrida no compromisso ideológico e ‘politicamente correto’ seguido pelo país, tendo como objeto a educação e as múltiplas problematizações com o seu protagonista – o docente, no período investigado.

Em parte foram apresentadas as denominações empresariais e conceituais do toyotismo, importante discussão sobre os critérios de gestão institucional, política e econômica ocorridos nas universidades públicas federais, e como esses imperativos afetam o exercício social da educação, considerado seu envolvimento com a nova morfologia do trabalho docente, a fim de compreender seus efeitos ao longo das últimas duas décadas.

A discussão conceitual apresentou a construção dialética da ordem sociológica da organização do trabalho que no capitalismo contemporâneo traz transformações nas condições sociais e atenção básica e formas de subordinação, intensidade do trabalho nas estruturas das IES.

No campo analítico em destaque, as universidades públicas federais representaram mudança na composição do trabalho quanto à capacidade de produzir conhecimento, modernização organizacional e ampliação acadêmica, incentivo à qualificação, recursos informatizados dentre outros, numa massificação estratégica a ser atendida.

Ao que parece, a curto prazo resta continuar a acreditar em indicadores e metas de resultados estabelecidos nas universidades, como planejados nos orçamentos e recursos do governo, e nas resoluções de carga horária docente. Invisível, mas relevante, está o processo de intervenção e seus efeitos simbólicos da nova condição da organização do trabalho docente adoecido, que se assume como massificada, flexível e polivalente, as vezes pode até parecer condições de desistência do seu trabalho, a ação de educar é um ato de resistência e não de 'doutrinação'. Assim, deve-se questionar sempre: *Quanto vale o bem-estar na produção acadêmica? Quanto vale a ordem social na ocupação do trabalho?*

5 REFERÊNCIAS

- Alves, G. A. P. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Praxis.
- Alves, G. A. P. (2008). *Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital*, Marília.
- Alves, G. A. P. (2008). *Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade. Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI*. RET - Rede de Estudos do Trabalho.
- Amorim, H. (2013). O trabalho imaterial no debate contemporâneo. In Antunes, R.L.C. (Org). *Riqueza e miséria no Brasil II*. (pp. 105-117).
- Antunes, R. L. C. (2003). Os Caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil, *Ideias*, 9(2/1), 13–24.
<https://doi.org/10.20396/ideias.v9i2/1.8678123>
- Antunes, R. L.C. (2012). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In Silva, M. O., Yazebe, M. C (Orgs), *Políticas públicas de trabalho no Brasil contemporâneo* (pp. 59-71). Cortez.
- Antunes, R. L. C. (2013). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In Antunes, R. L. C. (Orgs), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II* (pp 13-27), Boitempo.
- Antunes, R. L. C., Pinto, G. A. (2018). *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*.
<https://play.google.com/books/reader?id=LXdZDwAAQBAJ&pg=GBS.PT1>
- Antunes, R. L.C. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado dos serviços na era digital*. Boitempo.
- Avritzer, L. (2020). Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro. *Todavia*.
- Banco Mundial (1998). *The financing and management of higher education: a status report on worldwide reforms*. <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents>
- Bernardo, M. H.(2009) *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do Toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. Expressão Popular
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (2023). *Microdados*.
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/caged>
- Chaves, V. L. J, Araújo R. S. (2022). A Ofensiva Neoconservadora Contra as Universidades Federais no Brasil. *Rev. Inter. Educ. Sup. V. 8*. 1-17.
<https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8669158>
- Chauí, M. (2022). Direitos Humanos e Educação. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 10, n. 2, 13–26. <https://doi.org/10.5016/ridh.v10i2.166>.
- Chen, D. H. C., Dahlman, C. J. (2006). *Knowledge Economy, The Kam Methodology And World Bank Operations*.
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/695211468153873436/pdf/>
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xamã.

- Constituição da República Federativa do Brasil* (1998). Senado Federal.
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>
- Diniz, J. A. R., Oliveira, J. F., Lima, D. C. B. P. (2021). A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. *Revista Educ. Questão* vol.59 no.61. 1-19. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n61id25658>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Frigotto, G. (2013). *Educação e crise do trabalho*. Vozes.
- Frigotto, G. (2017). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira*. LPP.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2024). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2024*. Inep. <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>
- Kuenzer, A. Z. (2003). Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In Frigotto, G. (Org). *Educação e crise do trabalho*. (pp. 55-75).
- Laval, C., Weber, L. (2002). *Le nouve lordre éducatif mondial: OMC, Banque Mondial, OCDE, Comission européenne*. Syllepse.
<https://www.researchgate.net/publication/44829166>
- Leda, D. B, Mancebo, D., Braga, L. S. (2022). REPERCUSSÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Revista De Políticas Públicas*, 26(2), 859–879. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26n2p859-879>
- Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996* (1996). Aprova a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014* (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- Lundvall, B., Johnson, B. (1994). The learning economy. *Journal of Industry Studies*, v. 1, n. 2, p. 23-42.
https://www.researchgate.net/publication/227347297_The_Learning_Economy/link/
- Marx, K. (2013). *A capital crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. Popular.
- Observatório do Conhecimento (2023). *Base de Conhecimento*.
<https://observatoriadoconhecimento.org.br/base-de-conhecimento/>
- Orçamento da União. Plano Plurianual*. (2023). Câmara dos Deputados.
<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa>
- Ohno, T. (1997). *O sistema toyota de produção: além da produção em larga escala*. Bookman.
- Organização Internacional do trabalho (OIT) (2023). *Trabalho Decente*.
<https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm>
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1996). *The Knowledge-Based Economy*. OCDE/GD, n. 102.
<https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/>
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1998). *Technology, productivity and job creation: best policy practices. The OECD Jobs Strategy*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264163416-en>
- Pinto, G. A. (2010). *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. Expresso Polar.
- Pinto, G. A. (2013). Gestão Global e Flexível. Trabalho local e adoecido. In Antunes, R. L. C. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. (pp. 165-181).
XVI Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade

- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) (2019). *Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil!*. Brasília, DF.
<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/>
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (2025). *Série Histórica do Orçamento da Educação, valores empenhados e pagos nos anos 2000 a 2024*.
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/>
- Sguissardi, V., Silva Júnior, J. R. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. Xamã.
- Sguissardi, V. (2009). *Universidade brasileira no século XX*. Cortez.
- Sotelo Valencia, A. (2009). *A estruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. EDUFU.
- Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) (2025). *Concursos*.
<https://www.ufopa.edu.br/concursos/>
- Universidade Federal do Pará (UFPA) (2025). *Centro de Processos Seletivos – CEPS*.
<https://ceps.ufpa.br/docentesufpa/index.php>
- Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) (2025). *Concurso Público*.
<https://concursopublico.ufra.edu.br/>
- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) (2025). *Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH*.
<https://sigrh.unifesspa.edu.br/sigrh/public/home.jsf>